

# O momento hipertextual

David S. Miall

Universidade de Alberta

(Tradução de Sérgio Bellei)



**RESUMO** – O hipertexto pode representar um novo futuro para a textualidade. Por outro lado, o hipertexto parece sofrer limitações em função de suas origens em um contexto de processamento de dados. Essa limitação torna questionável algumas propostas pós modernas sobre o hipertexto. Com o objetivo de supervalorizá-lo culturalmente, seus proponentes frequentemente representam de forma caricaturada as práticas anteriores de literatura impressa, enquanto os processos de leitura são descaracterizados e o mecanismo do hipertexto privilegiado em relação ao seu conteúdo. As ficções hipertextuais tendem a desabilitar os processos antecipatórios e construtivos dos leitores do texto literário e reduzem a narrativa à informação. A confusão a respeito da utilidade do hipertexto sugere que o seu momento pode bem ter sido superado.

**Palavras-chave:** Hipertexto, Leitura do texto literário, Hiperficção

**ABSTRACT** – Hypertext may represent a brave new future for textuality. On the other hand hypertext appears to be limited by its information processing origins. This limitation makes questionable some common postmodern claims about hypertext. In order to seize the cultural high ground its proponents often caricature previous practices of print literature, while the processes of reading are discounted and the mechanism of hypertext is promoted over its content. Hypertext fictions tend to disable the constructive and anticipatory processes of literary readers and reduce narrative to information. Confusions over what hypertext is good for suggest that its moment may already have passed.

**Keywords:** Hypertext; Literary reading; Hyperfiction

---

Este pode bem ser o fim da linha. O hipertexto apresenta-se como a próxima etapa revolucionária, a substituição de cinco séculos de cultura impressa. Em sua última versão para a internet, pode bem significar uma extensão da televisão e de outros meios visuais, logo que esses meios de comunicação forem reconfigurados como formas hipertextuais suplementares. Muito embora as celebrações de seu potencial revolucionário sejam hoje rotineiras (como diz Glenn Jones, citado por Anson, por exemplo, o hipertexto “é nada mais nada menos do que o processo de renovação da própria civilização”), um grupo bem orquestrado de críticos juntou-se a elas. Enquanto Sven Birkerts (1994), ouvindo a voz do apocalipse, lamentou o fim da leitura e da privacidade do eu individual, outros objetaram às perspectivas apocalípticas: Andrew Dillon (1996) apontou para a incoerência dos argumentos correntes, tais como a não-linearidade do hipertexto ou a sua suposta caracterização em termos de padrões mentais de associação; Richard Crusin (1996) questionou convincentemente a atribuição quase universal do poder de subjetividade ativa atribuída ao hipertexto por seus

defensores. Paul Duguid (1996) sugeriu que o argumento a favor da força libertadora do hipertexto é uma ilusão.

Muito embora a retórica dominante apresente questões reveladoras, aplicam-se elas aos aspectos instrumentais e formais do hipertexto. Talvez o conflito mais urgente a respeito do hipertexto diga respeito à possibilidade de se encontrar conteúdos para o novo instrumento. A questão que se impõe, tanto aos seus usos literários como informacionais, diz respeito a que situações ele melhor se aplica. Ao contrário dos conhecidos formatos típicos dos manuais escolares ou técnicos, e ao contrário do épico, do pastoral e da sátira, o hipertexto não tem um conteúdo próprio e pré-programado. Trata-se de um caso estranho, não de todo desprovido de certo desapontamento. Na visão de Stuart Mouthrop, teórico e autor assíduo de hipertextos, por exemplo, a condição original do hipertexto define-se como fratura, o seu conteúdo podendo ser exemplificado por um acidente automobilístico. “Talvez”, propõe Mouthrop, “o hipertexto seja uma tecnologia de trauma, configurando de forma reflexiva o ataque ao corpus textual em termos de agressões ao corpo físico”

(“Travelling”, 70). Existe nessa forma de pensar, contudo, uma recusa da referencialidade: o físico transmuta-se em virtual; a agressão textual, se é que se trata disso mesmo, acontece para outros textos; o leitor desaparece na prática da reflexividade. Essa perspectiva situa o destino do hipertexto no hiper-real, na forma como foram definidos os simulacros de terceiro grau: “simulacros de simulações, baseados em informação, no modelo, no jogo cibernético – operacionalidade total, hiper-realidade, desejo de controle total” (p. 121). Mas se assim for, como é que se chegou a tal situação e, se o hipertexto é “apenas jogo”, o que acontece a seguir?<sup>1</sup>

Atribui-se a paternidade do hipertexto à inovadora fantasia de Vannevar Bush, o “memex”, descrito originalmente por Bush em um trabalho de 1945. Bardini (1997) mostrou que o hipertexto enquanto função baseada no uso de computadores teve sua origem com a pesquisa de Douglas Engelbart em 1960-61 e com as propostas de Ted Nelson, que supostamente cunhou o termo *hipertexto* em 1962. São visões originais voltadas para a manipulação de informação: no memex de Bush tratava-se de manipulação baseada em microfílmes indiciados, operacionalizada em termos de um modelo associacionista da mente humana. O trabalho de Engelbart tinha como objetivo aprimorar formas de pensamento e de comunicação, o de Nelson justapor e interligar todos os textos, tanto os do passado e do presente, como os que seriam escritos no futuro. Em todos os casos, o princípio fundamental consistia na configuração da informação instrumentalizada pela máquina e no controle resultante dessa informação, muito embora Nelson tenha pensado o seu sistema mais em termos de apoio à escrita do que na comunicação. A cumplicidade original do hipertexto com técnicas para modelar a informação permeia os seus nódulos e conexões, o que constitui, como argumentarei a seguir, uma problemática central do hipertexto em todas as suas formas, uma presença espectral que deforma a defesa que dele fazem os seus proponentes.

Além disso, enquanto cena da escrita supostamente pós-moderna, o hipertexto transforma topologias em redes ou, mais especificamente, reduz o literário ao informacional. A transformação parece fazer do hipertexto um exemplo “quase estranhamente literal” (LANDOW, p. 53) da crítica feita à espacialidade pós-moderna, que reduz o espaço a um presente perpétuo, conforme observou Myron C. Truman (TRUMAN, p. 118). O momento do hipertexto, em resumo, nada mais é do que isso: tudo o que se consegue dele é o que está diante

dos olhos. É também um momento, para mais uma vez situá-lo historicamente, que pode bem estar em vias de ser concluído, deixando para trás o hipertexto enquanto apenas um instrumental a mais, “algo extremamente interessante durante um certo tempo e, logo depois, algo apenas monótono (DOBRIN, p. 315).

No presente ensaio, meu objetivo é examinar algumas análises típicas do meio hipertextual e questionar as propostas visionárias que dele são feitas, em contraste com a cultura do meio impresso. Concentro minha atenção, em particular, no trabalho de Stuart Moulthrop, que publicou textos relevantes como autor de hiperficção e como teórico responsável por um volume significativo de estudos sobre o hipertexto. Muito embora os trabalhos como o realizado por Moulthrop pareçam estar baseados em hiperficcões (do tipo publicado pela Eastgate), suas observações são genericamente aplicáveis para além da ficção, sendo também relevantes para o hipertexto enquanto gênero. São essas questões que, mais do que questões particulares sobre a hiperficção, constituirão o foco de minha atenção no presente ensaio. Se, como quer Mouthrop entre outros, o hipertexto exemplifica a condição pós-moderna, então é também verdade que torna real, e de forma admirável, o prognóstico feito por Lyotard sobre a Era da Informática. “Juntamente com o advento da hegemonia dos computadores aparece uma certa lógica” que determina o que conta como conhecimento; “Podemos portanto esperar que venha a ocorrer uma exteriorização completa do conhecimento com respeito ao “sujeito do saber”, qualquer que seja o lugar por ele ocupado no processo de conhecimento (LYOTARD, p. 4). Enquanto estrutura estriada, o hipertexto também se mostra resistente ao espaço indefinido do *nomos*, para usar o termo proposto por Deleuze e Guattari. Revertendo propostas bem conhecidas sobre o hipertexto, argumentarei que os textos literários, em sua forma linear, realizam muito melhor as possibilidades do *nomos* porque rejeitam as tendências informacionais da linguagem. Aponto, a seguir, para alguns dos perigos existentes na redução do conhecimento à informação, que é o que se torna aparente no discurso sobre o hipertexto.

## Hipertexto versus meio impresso

O hipertexto não é uma única coisa, mas um conjunto de técnicas variadas que vão desde a reprodução conservativa do livro em sua forma hierárquica até a narrativa de autonavegação, com os seus nódulos “rizomáticos” ligados de múltiplas formas. Para os seus defensores, contudo, é evidente que este último tipo de hipertexto está destinado a substituir a cultura impressa. Se, de um lado, George Landow ou Gregory Crane esforçaram-se por reconfigurar textos literários clássicos (seja da cultura grega, seja da vitoriana) no meio hipertextual,

<sup>1</sup> No sentido de Lyotard: “cada jogo é jogado em seus próprios termos, o que significa que não se apresenta como um jogo análogo aos outros ou como o jogo verdadeiro” (LYOTARD e THÉBAUT, p. 60). Nesse contexto, diz-se do hipertexto que nos mostra o que qualquer jogo é em sua essência, subvertendo o que David Jay Bolter denomina de “a solenidade” da literatura impressa (p. 130).

Stuart Mouthrop e seus colegas, de outro, argumentam a favor de um entendimento do hipertexto que anuncia tanto uma mutação radical nas práticas de leitura como o desaparecimento da cultura literária pré-hipertextual. “Alguns dentre nós continuam a dizer”, Mouthrop afirmou em um ensaio de 1993, “que precisamos de uma revolução, uma mudança paradigmática, uma erradicação total do antigo regime de informação” (“You say”, p. 73). Como argumentou recentemente Geoffrey Nunberg, trata-se aqui de uma postura política: os visionários do hipertexto, Nunberg sugere, não tem “nenhum interesse em propor um argumento historicamente situado”. O objetivo de sua retórica “é, principalmente, estabelecer o próprio direito de manter o controle do momento cultural e dos recursos materiais por ele determinados” (“Introduction”, p. 11). O que se tem como resultado é que a visão por eles proposta da literatura pré-hipertextual parece tornar-se assediada por ecos Edipianos. Estes vão muito além das leituras equivocadas de Harold Bloom: o impulso assassino salta claramente aos olhos. E a sua legitimação ocorre nos termos descritos a seguir.

Em primeiro lugar, o conteúdo do códice ou do livro impresso é reduzido à sua forma material, que é entendida como fixa ou estática. Nas palavras de Moulthrop, o “códice é, portanto, uma forma essencialmente conservadora, um meio de repetir de forma exata o conhecimento ou o discurso ficcional a ser legitimado no tempo. É a expressão discursiva suprema do sedimentado, do estabelecido, do legítimo” (“War”). Uma vez entendido o meio impresso característico do livro como uma representação do poder de propriedade, o próximo passo é demonstrar que o hipertexto pode bem “ameaçar ou comprometer a estabilidade da linguagem enquanto propriedade” (“You Say”, p. 74). O hipertexto operacionaliza tal tarefa ao eliminar as margens de cada texto por ele incorporado: nas palavras de Landow, o hipertexto “torna porosas as fronteiras entre os textos individuais” (LANDOW, p. 23), o que traz como consequência “a idéia de que a obra singular e individual torna-se cada vez mais comprometida e inviabilizada em termos dessa forma de tecnologia de informação” (LANDOW, p. 40). Segue-se que um texto que já não está delimitado por fronteiras torna-se necessariamente desmistificado, da mesma forma que um segmento de texto inserido em um banco de dados torna-se equivalente a qualquer outro segmento colocado na mesma posição. Muito embora não fique claro se Landow realmente espera que levemos a sério esse modelo, acaba por afirmar que “Uma procura em um banco de dados permite ao leitor ativo começar a ler o texto do autor em qualquer ponto, e não apenas no ponto escolhido pelo autor como o início” (LANDOW, p. 75). Chega-se assim à proposta terceira e final: a morte do texto. De acordo com Landow, o modelo hipertextual em rede revela a

“irrelevância das distinções entre dentro e fora de um texto individual” (LANDOW, p. 8). E acrescenta que trata-se de irrelevância análoga à “forma pela qual certos componentes químicos destroem a membrana celular de um organismo: ao destruir a membrana celular, destroem a célula; tem o poder de matar”. Uma parte individual do texto perde a sua singularidade, tornando-se “disperso” no interior de outros textos (LANDOW, p. 53), ou, nas palavras de Moulthrop, reduzido à “multiplicidade”. No hipertexto, um texto dado “não possui uma possibilidade clara de defesa contra a vastidão potencial da rede e de sua multiplicidade, ou até mesmo de seu “acaso” (“Travelling”, p. 59).

Recapitulando, os comentários citados levam a crer que o caminho que se distancia do livro impresso com a sua “inclinação para o hegemonia e para o monólogo” (“They Became”, p. 227) pode ser encontrado em um movimento alternativo, dirigido para a tecnologia da informação, definida em termos de um banco de dados ou de uma rede. A insistência, nesse tipo de discurso, em um meio caracterizado por imagens de dispersão e multiplicidade, aponta vigorosamente para o conceito de entropia, o que lembra a intrigante formulação de Baudrillard (1994): INFORMAÇÃO = ENTROPIA. “A informação na qual um evento torna-se refletido ou divulgado já é uma forma corrompida do evento” (p. 86). De uma forma mais sistemática do que Baudrillard poderia ter imaginado, o hipertexto reverte a entropia negativa do texto impresso (expandido) através da eliminação das suas margens e da transformação das suas partes fragmentadas em uma ordenação infinita de leituras em perspectivas múltiplas. Como afirmou Geoffrey Nunberg, quando se equaliza o acesso à informação, o que ocorre é que ela tende a se tornar uniforme (“Farewell”, p. 118).

Com essa estratégia, oculta-se mais do que a hegemonia do texto: isenta-se o leitor de uma leitura consistente e detalhada do texto, atribuída aos condicionamentos da forma impressa (uma isenção que é celebrada nos termos da retórica democratizante que caracteriza os defensores do hipertexto). Podendo acessar visualmente e em igualdade de condições todos os nódulos da máquina hipertextual universal, situa-se o leitor, em certa medida, na posição do supervisor do famoso Panóptico; dispensado de disciplinar o corpo do texto por meio de atos de leitura intensa, o leitor afastado agora exerce controle do texto porque dele exige que internalize um poder que vai além de qualquer texto possível – o poder estruturante do hipertexto enquanto tecnologia de informação. Como no caso da hiper-realidade entrópica em Baudrillard, a tecnologia de inter-conectividade hipertextual torna-se mais importante do que qualquer conteúdo que venha a representar. N. Katherine Hayles (1993), contudo, alerta que

O Panóptico torna abstrato o poder dos corpos daqueles que tem a função de disciplinar, transformando tal poder em um olhar universal e sem corpo... [e] é precisamente esse movimento que dá força ao Panóptico, uma vez que, quando os corpos dos que disciplinam parecem desaparecer na tecnologia, as limitações da realidade corporal tornam-se ocultas. (p. 151-152)

Da mesma forma que o Outro reprimido, contudo, a realidade corporal retorna para assombrar a prática hipertextual. Torna-se aparente, contudo, que a resistência ao corpo manifesta-se na retórica hipertextual em várias ocasiões. O discurso sobre o pré-hipertexto, em particular, mostra simultaneamente uma renúncia à dimensão corporal do ato de ler (um aspecto da leitura que vou explorar abaixo, em mais detalhes) e uma projeção da realidade física no objeto lido, ambas fundamentadas no mero contraste entre o meio eletrônico e o impresso. Landow, por exemplo, argumenta que a tecnologia impressa “dá origem a certas noções de propriedade e de singularidade autorais, e também àquele isolamento físico do texto que o hipertexto torna impossível” (LANDOW, p. 33). E Bolter acrescenta que “o livro impresso, ou códice escrito, encoraja a noção do texto enquanto um todo orgânico – uma unidade de significado fisicamente separada e portanto independente de todos os outros textos (BOLTER, p. 163).

A retórica dessas propostas deixa entrever uma confusão entre *type* (classe, tipologia) e *token* (instância, exemplo) tipologia e representação visual, como se a forma do livro determinasse o modo como um texto deve ser produzido e lido. Um livro impresso, entretanto, nada mais é do que o *token* visível do texto contido em seu interior, um texto que poderia aparecer na forma de muitos outros *tokens*, desde o manuscrito até os pixels eletrônicos; e é também enquanto um *type* (no qual o estilo e o gênero aparecem como sinalizações) que um texto determina a forma pela qual será lido. E essas leituras, principalmente no caso de textos literários caracterizados por força discursiva, nos termos propostos por Brewer (1980), podem bem ser indiferentes à manifestação visível que lhes serve de mediação. Como testemunhou um leitor, ao ler um livro no “Voyager” (uma versão eletrônica de um texto literário canônico): No momento em que se consegue superar o desconforto inicial da leitura em uma tela de um computador, os adereços diferenciais desaparecem e o leitor transporta-se novamente para a dimensão do olhar da mente” (LU, p. 497). O tipo de determinismo aqui representado por Landow ou Bolter foi também questionado por Carla Hesse (1996), com base em argumentos semelhantes, na objeção por ela feita ao uso equivocado do termo “cultura do meio impresso”: sugere a autora que se trata de um equívoco porque “o conceito traz consigo a implicação de um determinismo tecnológico que coloca lado a lado uma história dos *meios*

*de produção cultural* (a imprensa de Gutenberg) com o desenvolvimento histórico de um *modo de produção cultural*, ou seja, “sistema literário moderno” (p. 21). No caso do meio impresso, portanto, “o meio *não é o modo*” (p. 22).

Mas o insólito nos argumentos usados para demonizar os livros impressos e seus autores revela a base ideológica determinante: a materialidade do livro é apenas a ocasião para um ataque mais extenso ao capital cultural por ele representado. Mas uma vez, o trabalho de Moulthrop oferece os exemplos mais reveladores (desta vez em colaboração com Nancy Kaplan). Um manual (“Reading Texts”, 1987) é elogiado pela sua qualidade de motivar interações durante a leitura e pela capacidade de tornar o leitor resistente à absorção; dessa forma, diz-se do manual que encoraja “leituras resistentes por meio de uma crítica independente ou de leituras “fortes” que resistem a “todas as seduções” (“They Became”, p. 225-226). E da mesma forma que se torna necessário resistir aos textos literários, torna-se necessário também reificar todas as práticas textuais anteriores: coloca-se em julgamento uma perspectiva estereotipada dessas práticas. Encontramos assim caracterizações das escritas pré-hipertextuais que nelas apontam “a dimensão de verdades e dogmas que se validam a si mesmos” (citado, 206); o processo de leitura analisado por Iser é visto como “interno e passivo”, nada mais do que um evento mental que o hipertexto torna externo (p. 221); e a prática do aprendizado de leitura pré-eletrônica é entendida como “servindo apenas aos interesses da autoridade individual, do discurso monológico, e do argumento linear” (p. 221).

Ampliando o seu escopo, Moulthrop e Kaplan partem para o ataque do sistema educacional e editorial, acusando-os de conspiração. O investimento de capital feito pelas editoras em “literatura” dá suporte a práticas educacionais que forcem o tratamento do texto como unívoco, com o objetivo de preservação dos investimentos. Como o hipertexto opõe-se a essa “estratégia de contenção”, opera como ameaça “ao texto com significado ordenado e autônomo” e caracterizado “por pressuposições não explicitadas” (p. 222). Além disso,

As restrições impostas à criação de textos “autorizados” acabam por produzir uma economia de escassez. Se apenas alguns textos acabam sobrevivendo para a disseminação, é muito mais fácil concentrar e controlar o valor literário e, evidentemente, a economia que beneficia tanto aqueles que vivem do estudo como aqueles que vivem para os negócios (“They Became”, p. 223).

Nesse contexto, entende-se que o meio impresso favorece “as condições para o discurso singular e definitivo, para a produção de uma literatura ligada à questões de propriedade, hierarquia e a um modelo bancário de cultura” (p. 236). É esse o resultado das

“instituições literárias que herdamos da história do meio impresso.

Tanto esse como outros argumentos semelhantes são apresentados sem nenhum reconhecimento dos valores associados aos vários séculos de práticas relacionadas ao livro. Generalizam por decreto, eliminando todos os valores do passado em benefício da multiplicidade do hipertexto. Trata-se de prática que projeta, na esfera do literário, um destino análogo àquele definido na esfera política pelos Jacobinos, executando intelectuais como Lavater ou o Khmer Rouge, e assassinando qualquer um que aparentasse ter uma educação superior. Ao mesmo tempo, é importante notar que, nesse conflito de valores, não se apresentam propostas sobre o significado dos textos literários – o significado é marginalizado com a imagem de “sedução”. Através da fragmentação do texto e de sua dispersão na rede de informação, transfere-se o controle para o hipertexto *enquanto sistema*. O seu potencial enquanto estrutura é entendido como mais importante do que qualquer conteúdo a ele associado. Trata-se de argumento voltado para questões de poder, não de significado.

O futuro parece pertencer, portanto, àquelas formas de hipertexto que dispersam o significado textual no interior das infinitas permutações da intertextualidade e, em particular, da ficção hipertextual – textos gerados em hipertexto e para serem lidos como hipertextos (“hipertextos naturais”, para usar o termo proposto por Moulthrop: “Traveling”, p. 60). Mas Moulthrop também tem em mente uma visão mais radical. Enquanto as ficções hipertextuais (como aquelas publicadas pela Eastgate), deixam o leitor livre, na maior parte dos casos, para escolher rotas diversas através do material textual fixo, os novos meios como MUD e MOO permitem a participação do leitor e modificam-se constantemente. Assim,

A “nova escrita” não admite autores no sentido tradicional. Se o hipertexto e outros meios eletrônicos são diferentes, essa diferença está justamente nas formas de participação, e não nas formas tradicionais de romances eletrônicos ou monografias. A terra natural do hipertexto deve apresentar-se como um lugar mais estranho do que qualquer coisa que pudemos imaginar até agora (“Travelling”, p. 65).

Uma consequência importante dessa estratégia argumentativa é, mais uma vez, desestabilizar o conceito de autor. No hipertexto, “o autor apresenta-se em um contexto de incompletude, tensão e abertura” em que a tensão máxima parece estar no conflito entre processos lineares e não lineares, caracterizados por Moulthrop como “o conflito a favor e o conflito contra a linha” (“Traveling”, 67). Até o momento presente, contudo, o conflito parece replicar algo que esteve sempre presente no formato dos textos literários. Ao serem convidados, principalmente, pelos processos dialógicos existentes em

tais textos, os leitores devem constantemente efetivar mediações entre relações lineares e aquelas que são multidimensionais e contextuais. Um autor, nesse sentido, não pode jamais determinar a reação do leitor: a leitura literária, para tomar de empréstimo os próprios termos usados por Moulthrop, é caracteristicamente permeada por “incompletudes, tensões e aberturas” (“Traveling”, p. 67). Esse fato parece exigir um exame mais atento dos papéis do autor e do leitor na nova economia do hipertexto. Em primeiro lugar, o que é esse novo mundo que o hipertexto nos convida a habitar?

## A ideologia da resistência

A escatologia do hipertexto apresenta-se com veemência tanto entre os que o atacam como os que o defendem. Bolter sugere que “quando nos movemos do regime da imprensa para o eletrônico, arriscamo-nos a perder tanto o sentido do obstáculo como a percepção do particular que marcaram nossa experiência durante milênios”. Muito embora o reaparecimento do sentido de obstáculo entre os usuários do hipertexto seja comum, como voltarei a afirmar, Bolter dá continuidade ao seu argumento observando que “estamos diante do que pode bem ser uma mutação no nível da espécie. É importante que examinemos com cuidado o que isso significa” (BOLTER, p. 31). Birkerts, de forma análoga, argumenta que os meios eletrônicos estão modificando a subjetividade humana: “Estamos experimentando a erosão gradual, mas também permanente, da presença humana, tanto em termos da autoridade do indivíduo como, de formas que não podem ser comprovadas, da própria espécie” (p. 228). Apelo para conceitos evolucionários, observa que somos “biologicamente, neurofisiologicamente – criaturas extraordinariamente adaptáveis (p. 222). A afirmação é, evidentemente, correta, mas os cinquenta anos em que as comunicações eletrônicas se propagaram é um período muito curto para que se perceba qualquer evidência de uma mudança de espécie (teóricos da evolução pensam em termos de cinquenta gerações, não de cinquenta anos). David Charney (1994), comentando sobre essas referências à biologia, observa laconicamente que, como as evidências contrariam a noção de que a cultura da escrita alterou a estrutura da mente humana, é improvável que o advento do hipertexto nela provoque alguma mudança (p. 260).

Menos preocupado com esse tipo de fundamentalismo biológico, Stuart Moulthrop deixa-se levar por um prolongado devaneio sobre a “nova cultura” que deverá surgir a partir do hipertexto. Rejeita formas anteriores de identidade, e sugere que uma nova forma identitária pode materializar-se, com base na sugestão de Michael Joyce de que aparentemente “estamos passando por uma mutação de identidade e começamos a tecer uma nova

textura social”, a ser ativada por meio de um intenso “comércio de trocas semióticas”. Esse estado de coisas clama por “uma reformulação do sujeito, uma revisão verdadeiramente radical da identidade e das relações sociais” (“Rhizome”, p. 299-300), capaz de “constituir-se no exterior de qualquer ordem estável, nova ou antiga”. Muito embora Moulthrop recorra à sugestão de Lyotard de que já não podemos apelar para as meta-narrativas, é evidente que o seu próprio devaneio não deixa de ser uma meta-narrativa, uma vez que se entrega à tarefa de colocar no contexto de uma visão geral todas as formas anteriores de identidade e de cultura. “O sonho de uma nova cultura é um devaneio de mudança imantente” (p. 300), afirma ele. O alcance totalizador do “devaneio” apresenta-se em seus comentários posteriores, que relacionam a revolução hipertextual à “oposição à tendência política do ocidente para a direita e à falência do socialismo estatal no Leste” (p. 301). Os argumentos escatológicos de Moulthrop dificilmente poderiam ir mais além uma vez que, como ele próprio sugere, o hipertexto deveria engendrar algo “no exterior de qualquer ordem estável, nova ou antiga” (“Rhizome”, p. 300).

Enfrentando dificuldades ao tentar especificar a natureza da nova cultura, contudo, Moulthrop recorre, na tentativa de defendê-las, a duas estratégias que poderiam ser chamadas, nos termos por ele mesmo propostos, de *alucinação* e *resistência*. Ambas deixam a desejar, como tentarei mostrar, em termos da limitação originária do hipertexto enquanto um instrumento de informação limitado à replicação da presença. Pode-se, portanto, indagar a respeito da visão de Moulthrop, se o seu futuro tem um passado. Dada a sua proposta de que “poderemos um dia descobrir que somos os primeiros nômades que chegaram ao ciberespaço, deslizando sem impedimentos através das redes de uma alucinação consensual” (p. 371), eu indagaria a respeito do acontecimento da véspera que tornaria tal dia possível. Na esteira de Deleuze e Guattari, Moulthrop recorre ao conceito de transformação (“Rhizome”, p. 303), mas nada existe em seu argumento, conforme apresentado no ensaio, mostrando que tal transformação seria possível. É o que se evidencia na idéia de alucinação.

Incapaz de revelar a fundamentação da nova cultura nas tecnologias existentes, Mouthrop recorre à alegoria, utilizando como explicação alternativa uma fábula de Thomas Pynchon, “New Dope” (“A nova droga”): “no momento em que você a usa, torna-se incapaz de dizer a quem quer que seja qual é o seu efeito ou, o que é pior, onde encontrá-la” (citado p. 311, de Gravity’s Rainbow). Na fábula, a droga ativa a sua própria destruição: representa a autossuficiência, a falência da comunidade, e a prisão narcisista consumada. Em outras palavras, nega precisamente a nova cultura que Mouthrop pretende apresentar. Oferece uma engenhosa

réplica ao absolutismo da graça protestante, já que “é a droga que, aparentemente, encontra você” (citado, p. 311). Como um ato da divindade, a concessão de status de escolhido não se deve nem às boas ações e nem às qualidades morais: Torna-se, de repente, simplesmente encarnada no indivíduo. Para Moulthrop, a sedução da nova droga encontra-se em sua capacidade de representar “uma verdadeira alternativa à ordem capitalista”, mas permanece sendo apenas um devaneio, uma vez que não existe no argumento nenhum caminho que pudesse levar à implementação de tal alternativa.

O devir, portanto, está fora de questão. No ensaio, Moulthrop responde à incisiva crítica de Martin E. Rosenberg (apresentada na mesma coletânea de textos), que percebe na suposta não-linearidade do hipertexto apenas uma multilinearidade. Afirma Moulthrop que “as matrizes em questão são sempre edificações, e nunca zonas autônomas; são estruturas que não permitem a desterritorialização” (p. 310). Implícitas na resposta, contudo, encontram-se duas omissões: Moulthrop ignora o movimento central do argumento de Rosenberg, que consiste em mostrar que os sistemas dinâmicos nos quais se baseia o hipertexto são reversíveis; e não reconhece as consequências da “desterritorialização” para a perspectiva topológica que caracteriza teorias do hipertexto como análogas àquelas que ele mesmo propõe. A modalidade de transformação que tornaria real o sonho de uma nova cultura exige representações que não sejam nem reversíveis e nem topológicas, mas no universo topológico de Moulthrop a desterritorialização é literalmente impensável. Os nômades não conseguem jamais ir além das redes de informação.

É assim que a postura de Moulthrop elimina todos os instrumentos que tornariam o seu sonho real. A produção de uma nova cultura pode apenas ser baseada em um processo de transformação voltado para a cultura do passado. Vale dizer, um organismo já existente assume um novo papel, ou o novo papel surge de uma nova relação entre organismos que já existem. No universo anti-evolucionário de Moulthrop, contudo, podemos apenas imaginar que o sonho de uma outra cultura se torne realidade através de uma rejeição do passado. Mas a história mostra que a realização de tal sonho remete a um dos pesadelos da história (o regime Jacobino de terror, os Bolshéviques, o Khmer Rouge). Uma retórica voltada exclusivamente para “a designação de lugares ou ocasiões” (observe-se a imagem topográfica surgindo novamente) leva a instrumentos de terror como aquele representado pelo Festival do Ser Supremo, de Robespierre, símbolo de um regime imposto a uma sociedade que já não dispõe de qualquer instrumento para refletir sobre a transformação cultural.

O futuro de Mouthrop, portanto, não tem passado. No entanto, ao perceber o insucesso da estratégia alucinatória

(embora sem entender a sua causa), Moulthrop da um passo a frente ao propor uma segunda defesa do hipertexto: a futilidade da resistência. O exemplo aparece agora na forma de uma segunda alegoria, o relato do aluno Karl Grary sobre o hipertexto (um relato que Moulthrop julga convincente a ponto de repeti-lo duas vezes, uma em “Rhizome” e outra em “They Became”). O prelúdio da história torna necessária uma breve exposição de um conto de Borges. Como afirma Bolter, “ler a multiplicidade significa resistir à tentação de excluir rotas de ação possíveis; significa manter em aberto explicações múltiplas para o mesmo evento ou personagem. Permanecer em uma atitude de abertura em um meio tão perfeito como o impresso é uma tarefa quase impossível para o leitor” (p. 142-143). Consequências desse postulado são explicitamente trabalhadas por Moulthrop e Kaplan quando tratam da expansão da multiplicidade implícita no conto de Borges, “O jardim dos caminhos que se bifurcam”. Na ficção idealizada de Ts’ui Pen, descrita no conto, a temporalidade apresentada não exclui um evento em função da ocorrência de outro: os acontecimentos aparecem em dimensões paralelas, e o protagonista da narrativa, nas palavras de Borges, “escolhe – simultaneamente – todos eles”, o que significa que vive “em futuros diversos e tempos diversos” (“They Became”, p. 229). Trata-se de uma fábula excepcional, mas o conto mostra que a ação não pode acontecer de fato. O protagonista Yu Tsun tem que escolher, e efetivamente escolhe, quando resolve cometer o assassinato que tinha anteriormente planejado no relato. A trama do conto de Borges enfatiza a necessidade de escolha: Yu assassina e é, por sua vez, enforcado. A morte, sendo irreversível, é certamente uma das garantias do devir narrativo.

Moulthrop e Kaplan, contudo, partem para a distorção do conto de Borges ao apresentar, em sua versão hipertextual da história, os caminhos alternativos não realizados pelo autor. A manobra é esclarecedora: “Com o hipertexto”, argumentam, “expande-se a possibilidade de opções, o que torna possível narrativas que, pelo menos, chegam perto dos caminhos infinitos imaginados por Yu (“They Became”, p. 229). Conseguem assim fazer com que o hipertexto consiga aparentemente evitar as contingências do tempo e da morte. Na realidade, evidentemente, a existência de caminhos simultâneos em um hipertexto é impossível, a não ser potencialmente; o leitor real é forçado a escolher, e lerá os eventos de acordo com uma ou outra ordenação possível. A manobra não passa portando de uma mímica da “intertextualidade, da polisemia ou da diferença” (p. 235): a prática da leitura do hipertexto é necessariamente linear, desenvolvendo-se no tempo. Das propriedades formais do hipertexto não se pode dizer, portanto, que “invertem, com exatidão, aquelas típicas do meio impresso” (p. 235): trata-se de uma ilusão.

Moulthrop e Kaplan solicitaram a seus alunos que dessem suas próprias respostas ao hipertexto baseado em Borges. O relato por eles feito tem como centro um dos estudantes, Karl Crary. Em sua resposta, Karl acrescentou mais nódulos ao hipertexto, produzindo assim um comentário crítico, na forma de “pastiche”, no texto original de Moulthrop e Kaplan, incluindo também uma classificação dos tipos de nódulos nele existentes (p. 231-233). Esse procedimento abre caminho para a proposta teórica de que muito embora Crary tentasse apresentar uma crítica do relato hipertextual, suas anotações foram, na realidade, absorvidas pelo hipertexto para o qual deu a sua contribuição. Os nódulos adicionais tornaram-se parte do hipertexto por meio de seu esquema classificatório. “Nesse meio, não é possível resistir à multiplicidade pela imposição de um discurso unívoco e definitivo... No espaço da escrita hipertextual, qualquer acréscimo que surja será absorvido e incluído na rede de discursos polivalentes” (p. 235). Nessa perspectiva, a resistência ao hipertexto é entendida como inútil. A implicação do argumento de Moulthrop e Kaplan é que qualquer nódulo conectado a um hipertexto previamente existente torna-se parte dele. O hipertexto pode, por vezes, subverter o tipo de distinções que Crary tentou produzir, mas o relato de Moulthrop e Kaplan reduz o hipertexto a algo completamente amorfo, o que significaria, se a hipótese fosse verdadeira, o fim de todo discurso. Como diz o provérbio, “o mar e as prisões não rejeitam ninguém”.

O argumento da resistência, caso seja correto, indica que os nódulos acrescentados ao hipertexto transformaram-se em informação. São só os bancos de dados que se prestam a expansões infinitas, não o discurso. O discurso da narrativa não pode expandir-se sem consequências, como mostra o conto de Borges, uma vez que a multiplicação dos pontos de escolha elimina do ato de escolher a contingência temporal; torna a escolha formalmente equivalente à informação que seria levada em conta no momento de escolher, o que destrói o objetivo da narrativa. Conclusão semelhante pode ser obtida do discurso crítico proposto por Crary: para que um argumento valha como argumento, deve ser decisivo, pelo menos potencialmente: ou seja, deve ter um término, capaz em princípio de superar a resistência de posições alternativas; um argumento desprovido de tal propriedade fica reduzido à informação. Embora os nódulos de Crary pareçam ser vulneráveis a esse condicionamento (ele não conseguiu produzir marcas distintivas que assinalassem a diferença entre os seus nódulos e o hipertexto ao qual ele os acrescentou), o relato revela que não é a impossibilidade de resistência, mas o espectro da mera informação que compromete a imagem de polivalência celebrada por Moulthrop e Kaplan.

A aparente impossibilidade de realizar a “nova cultura” através do hipertexto leva Moulthrop a retroceder

para um conceito provisório e incompleto, que é o conceito de transição. Como os revolucionários políticos, cujas estratégias imita, Moulthrop não consegue ver de que forma a terra prometida virá a acontecer, a não ser de forma imprecisa, como em um sonho; como resultado, o progresso em direção a ela deve ser permanentemente instituído: “A transição parece ser ao mesmo tempo permanente e perpétua” afirma, ecoando a “revolução permanente dos Bolsheviks depois de 1917 (“Rhizome”, p. 317). No entanto, a única imagem que consegue oferecer dessa transição é a de um retorno à figura do Japão que introduz o capítulo (p. 299), ou seja, uma navegação pelas ruas de Tokyo: “Dirija-se para o Leste até chegar ao Prédio do Ono-Sendai, vire à esquerda na estátua do Coronel Sanders”, etc. (p. 317). O percurso fundamenta-se firmemente na geometria, de forma análoga ao tratamento do hipertexto que, em sua resposta a Rosenberg, tinha caracterizado como de “má fê” (p. 309).

O que se perde, portanto, no hipertexto como descrito por Moulthrop, Bolter ou (por vezes) Landow, são as contingências da narrativa e do argumento. (Se o hipertexto deve necessariamente adaptar-se a esse paradigma é outra questão, da qual tratarei mais adiante). São ambas filtradas pelo hiper-real, ao qual Moulthrop recorre (referindo-se a Baudrillard):

Dizem-nos que a hiper-realidade é um espaço de colapso e implosão no qual o discurso referencial ou “fundamentado no real” já não se diferencia do auto-referencial e do imaginário. Construímos nossos sistemas de representação não em uma relação serial à fenômenos inquestionavelmente “reais”, mas antes de formas paralelas recursivas e múltiplas, a serem “mapeadas em relação a sistemas de coordenação diversos” (You Say”, p. 74-75; a citação é de Pynchon).

O simulacro, nas palavras do próprio Baudrillard, “já não se contrapõe a uma situação ideal ou negativa. É apenas operacional” (p. 2) Nesse contexto, o ciclo de informação, múltiplo e eficiente, é o lugar apropriado para o hipertexto. Se a estruturação do hipertexto não se encontra em uma “relação em série” com o real, contudo, torna-se necessário indagar a respeito de quais são os princípios que lhe dão suporte. É conveniente, a essa altura, considerar o papel atribuído ao leitor do hipertexto.

## Lendo a leitura do hipertexto

A ficção hipertextual constitui um gênero ainda de proporções diminutas, mas em ascensão desde a publicação de seu primeiro exemplo, em 1987: *Afternoon*, de Michael Joyce. Existem hoje vários depoimentos a respeito do que significa a leitura desses textos. Silvio Gaggi, por exemplo, reconhece as indeterminações em sua leitura de *Afternoon*:

Não se pode jamais saber se o sentido que se faz da história pertence a ela própria ou é, ao contrário, uma construção do leitor. Dessa forma, vivenciar a história pode tornar real, ou mais explícito, o tipo de atividade em que nos envolvemos quando construímos uma imagem ou uma compreensão do mundo (p. 126).

Na hiper-realidade, contudo, é precisamente esse tipo de atividade que se torna impossível. Na realidade, Gaggi não tem mais nada a dizer sobre essa suposta atividade construtora em seu relacionamento com *o mundo*. Em sua apreciação, “as redes eletrônicas produzem um espaço conceptual sem horizonte que quase fala apenas para si mesmo” (p. 111). O que parece ser particularmente interessante para os leitores de tal ficção são indagações sobre a sua estrutura. Stuart Mouthrop, por exemplo, refere-se a um comentário de J. Yellowlees Douglas em que se afirma que “a complexidade do discurso hipertextual pode levar os leitores a uma obsessão com projetos autorais” (“War”). A despeito da proclamada morte do autor, o poder autoral parece estar mais forte do que nunca na visão apresentada nesses argumentos:

Muito embora ativados em um novo ambiente de computadores que literalmente elimina a necessidade do autor – e no contexto de uma estética pós-moderna que parece exigira tal necessidade – os hipertextos literários, no final das contas, têm autores que de certa forma possuem mais poder do que os autores do meio impresso, seja ao escrever o texto, seja através da manipulação do software que controla o grau de ‘liberdade’ que o leitor possui (TUMAN, p. 76).

Na leitura em ordem linear do livro pré-moderno, aprendemos a aceitar o autor e nele confiar; como acontece em qualquer condição estruturante, sempre que se instaura a função autoral, tendemos a ignorá-la e entramos em um processo de imersão no relato em si. Nas ficções hipertextuais, ao contrário, o autor opera como um manipulador ardiloso, um mestre de cena cuja presença percebemos em cada conexão, o que significa que não nos esquecemos do autor em momento algum. Se, como quer Birkerts, “a necessidade é destronada e a arbitrariedade instalada em seu lugar” (p. 163), então o autor da arbitrariedade, à medida que lemos, instala-se em cada tela e em cada conexão.

Essa é uma forma de apontar para o que Moulthrop chamou acertadamente de *hipotexto*, que é formado das estruturas subjacentes e das especificações do hipertexto que devem também ser lidas, e que Moulthrop curiosamente descreve como aquela parte do hipertexto que é “presumivelmente a mais importante”. O que leitores como Tuman ou Birkerts descrevem, portanto, é o seu envolvimento com o hipotexto que, nas palavras de Moulthrop, forma a “camada inferior” de “qualquer documento ou sistema hipertextualizado” e consiste nas “estruturas de comando que governam os links, as

apresentações, a edição, as explicações...” É uma das suas características, entre outras, criar estruturas recursivas “que combatem o controle linear absoluto” (sem dúvida uma das causas principais da função autoral atribuídas ao hipertexto pelos leitores). Moulthrop argumenta que o próprio aprendizado da leitura deve hoje ser expandido para incluir a forma hipotextual, o que fará com que os leitores entendam o meio impresso “como sendo também um meta-instrumento, a chave que conduz ao poder no próprio nível do sistema” (“You Say”, p. 86-7).

Na medida em que o hipotexto torna-se objeto da atenção do leitor, o próprio sistema de controle que o leitor usa para orientar a leitura – uma função que poderíamos chamar de *hipoleitura* – será desativado. Muito embora os textos literários apresentem, na opinião de teóricos da recepção como Wolfgang Iser (em *The Act of Reading*, 1978) ou o Stanley Fish de “Affective Stylistics” (1980), dispositivos estruturais específicos que determinam o ato de ler, as interações que ocorrem durante a leitura são imprevisíveis e variam de um leitor para outro. Como afirmou Gerard Genette no final de seu longo estudo sobre as estruturas temporais da narrativa, o leitor tende a entender as sinalizações de um texto qualquer de acordo com suas preferências, uma vez que (para citar Proust), “na realidade cada leitor é, no momento da leitura, um leitor de si próprio” (GENETTE, p. 261). Mas ao invés de vivenciar as consequências que a leitura tem para o indivíduo, o leitor do hipertexto “torna-se consciente da mediação tecnológica” no ato da leitura (“You say”, p. 87). Dizendo de outro modo, as expectativas que constituem uma parte fundamental da hipoleitura do leitor provavelmente não coincidem com os pontos de escolha estruturados no hipotexto.

Recorrendo ao contraste que fazem Deleuze e Guattari entre estruturas arbóreas e nomádicas, Moulthrop propõe que se considere o “espaço discursivo do hipertexto” enquanto superfície plana e não estriada, “o que o torna estruturado de forma a subordinar o ponto à trajetória” (War). É possível argumentar que essa relação do ponto à trajetória é também aplicável a muitos textos literários, uma vez que questões de estilo ou movimentos narrativos servem para criar a trajetória de expectativas que dá suporte à leitura; não existe nenhum ponto específico no texto sem o contexto dialógico crítico que reflete as estruturas maiores do texto. Nas palavras de Deleuze e Guattari, em seu comentário sobre o estilo literário, a expressão atípica (ou seja, aquela que chama a atenção) “constitui o momento crucial da desterritorialização da linguagem, assume a função de *tensor* ou, dizendo de outro modo, faz com que a linguagem tenda para o limite dos seus elementos, formas, conceitos, em direção ao outro lado ou ao que está além da linguagem (p. 99). Como observam os autores em outra parte, a ciência ou arte nomádica “acompanha as conexões entre singularidades do conteúdo e traços

da expressão, e acomoda-se no plano dessas conexões” (p. 369). Vale dizer, os desvios linguísticos que estruturam a resposta literária motivam o leitor a rejeitar os esquemas comuns que reduzem a linguagem à informação, produzindo “individualizações” (p. 369) que dependem tanto do leitor quanto do texto (cf. MIALL, “Schema”); o leitor assim definido, ao tentar interpretar um texto, habita o espaço nomádico que é próprio a si mesmo como leitor. É de importância fundamental para tal processo de leitura a liberdade que tem o leitor para estruturar os elementos do texto, dispersos tanto linearmente como através de um contínuo que vai do nível fonético ao narrativo; nenhuma escolha é predeterminada.

No caso do hipotexto, ao contrário, Moulthrop afirma (citando Deleuze e Guattari) que “cada ponto é um retransmissor e existe apenas como retransmissor”. Em um sentido literal, a afirmação subordina os nódulos aos links, privilegiando a estrutura do hipertexto em detrimento de qualquer conteúdo, e forçando o leitor a fazer escolhas. A afirmação corrobora a conclusão de Terence Harpold, de que “em um hipertexto, a distinção entre registros textuais reduzem-se a um único parâmetro – a pausa entre lexias”. Harpold caracteriza a pausa nos seguintes termos:

De forma mais precisa, o campo espacial dividindo o textual do paratextual... torna-se contaminado pelo, e subordinada ao, desvio da temporalidade. A pausa pode ser medida por frações cada vez menores de um micro-segundo, mas é no final das coisas irreduzível, porque tem prioridade sobre a espacialidade das lexias conectadas... (p. 196).

O link é, portanto, uma ruptura, “um ponto de singularidade no qual tudo o que ocorreu ‘antes’ modificasse de formas variadas, que não podem ser previstas antes da ruptura” (p. 197).

Sem acesso ao tensor, um sistema de significados dotado de função antecipatória que é tipicamente codificado nos dispositivos literários, o leitor do hipertexto se vê reduzido a uma condição semelhante ao famoso paciente de Antonio Damásio, EVR. Depois de extração cirúrgica de um tumor cerebral que trouxe como consequência a perda do córtex pré-frontal, o comportamento de EVR tornou-se randômico e imprevisível. Solicitado a decidir, “entregava-se a um debate infinito”, perseguindo “uma sequência de comparações intermináveis e de deliberações sucessivas” (DAMÁSIO et al., p. 217); seu entendimento social tornou-se deteriorado, o que o levou à perda do emprego e ao divórcio (DAMÁSIO, p. 36-37). Damásio explica sua condição em termos da perda da capacidade de entender e utilizar significados implícitos, como as consequências de uma ação ou um sentimento sobre uma pessoa. Dizendo de outra forma, EVR não conseguia mais fazer escolhas com base em predições significativas: sofria, na definição precisa proposta por Ingvar, de perda da “memória do futuro” (INGVAR, p. 1985).

Juntamente com outros neuro-psicólogos, Damásio sugere que a síndrome de EVR tem sua origem em um distúrbio dos sentimentos e emoções que se seguem a uma lesão nas conexões corticais do cérebro. Formula a hipótese de que uma função específica do córtex pré-frontal é a formação de “marcadores somáticos” que orientam o pensamento e o comportamento: são marcadores que dirigem a atenção para a natureza positiva ou negativa de escolhas de respostas a serem dadas, fundamentadas em suas consequências previstas (DAMÁSIO et al., p. 200-221). O leitor do hipertexto, contudo, não experimenta o destino de EVR: o mecanismo de leitura permanece intacto, com tudo o que os sentimentos e seus correspondentes físicos nos afetam. É assim que a dimensão corporal observada por Hayles retorna para assombrar o ato de leitura hipertextual: a marca somática, que tem a função antecipatória consistentemente negada pelo hipotexto, assombra em particular a ruptura do link, concentrando a atenção, como testemunharam Tuman, Birkerts e outros, na arbitrariedade que esse micro-segundo codifica.

Mas será que o hipertexto deve necessariamente ser assim? Meu principal objetivo neste ensaio foi interrogar algumas das propostas teóricas sobre o hipertexto para apontar para as consequências que resultam da sua leitura. No entanto, pode bem ser verdade que essa nova tecnologia venha a ir além de suas raízes na ciência da informação de Bush ou de Engelbart, para tornar possível uma estética que mais complementa do que subverte a força da leitura. Um dos problemas parece estar na conceituação do link, como indica a proliferação de versões incompatíveis propostas por teóricos do hipertexto. Jay Bolter e Richard Crusin (p. 1006) sugerem em um trabalho recente que o link mostra que “a substituição é a essência do hipertexto” (p. 335). Moulthrop, por outro lado, pronuncia-se tanto a respeito “do intervalo ou da sinapse da transição, um espaço que o receptor deve, de alguma forma, preencher com significado”, como a respeito do “princípio da ruptura negadora de significação” de Deleuze e Guattari (Rhizome, p. 304). Os quatro termos aqui utilizados para designar o link, substituição, intervalo, sinapse e ruptura, estão longe de ser sinônimos. A miscelânea de termos em si já aponta para a confusão: um link não pode ser todas essas coisas, e pode bem não ser nenhuma delas. Se isso vai realmente ter alguma importância no longo prazo é, evidentemente, outro problema: o hipertexto pode vir a ser apenas mais um instrumento para a escrita; poderá ser rejeitado como o cavalo de Tróia de poderosos interesses comerciais (cf. Columbia); ou poderá, finalmente, simplesmente desaparecer sob o peso de suas contradições teóricas.

## Referências

- ANSON, Wendy. *Intermedia '95. Postmodern culture*, v. 5, n. 3, May 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacra and simulation*. Trans. Sheila Faria Glaser. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- BARDINI, Thierry. Bridging the gulfs: From hypertext to cyberspace. *Journal of Computer – Mediated Communication*, v. 3, n. 2, Sept. 1997. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue2/bardini.html>>.
- BIRKERTS, Sven. *The Gutenberg elegies: the fate of reading in an electronic age*. New York: Fawcett Columbine, 1994.
- BOLTER, David Jay. *Writing space: the computer, hypertext, and the history of writing*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. Remediation. *Configurations*, v. 4, n. 3, p. 311-358, 1996.
- BREWER, William F. Literary theory, rhetoric, and stylistics: implications for psychology. In: SPIRO, Rand J.; BRUCE, Bertram C.; BREWER, William F. (Eds.). *Theoretical Issues in reading comprehension*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1980. p. 221-239.
- BUSH, Vannevar. As We May Think. *Atlantic monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108, July 1945. Available at: <<http://www2.theAtlantic.com/atlantic/atlweb/flashbks/computer/bushf.htm>>.
- CHARNEY, Davida. The effect of hypertext on processes of reading and writing. In: Cynthia L. Selfe and Susan Hilligoss (Eds.). *Literacy and computers: The complications of teaching and learning with technology*. New York: Modern Language Association, 1994. p. 238-263.
- DAMASIO, Antonio. *Descartes' error: emotion, reason, and the human brain*. New York: Grosset/Putnam, 1994.
- DAMASIO, A. R.; TRANEL, D.; DAMASIO, H. Somatic markers and the guidance of behavior: theory and preliminary testing. In: LEVIN, H. S.; EISENBERG, H. M.; BENTON, A. (Eds.). *Frontal lobe function and dysfunction*. New York: Oxford UP, 1991. p. 217-229.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Trans. Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- DILLON, Andrew. Myths, misconceptions, and an alternative perspective on information usage and the electronic medium. In: ROUET, Jean-Francois; LEVONEN, Jarmo J.; DILLON, Andrew. SPIRO, Rand J. (Eds.). *Hypertext and cognition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996. p. 25-42.
- DOBRIN, David N. Hype and hypertext. In: SELFE, Cynthia L.; HILLIGOSS, Susan (Eds.). *Literacy and computers: the complications of teaching and learning with technology*. New York: Modern Language Association, 1994. p. 305-315.
- DUGUID, Paul. Material matters: the past and futurology of the book. In: NUNBERG, Geoffrey (Ed.). *The future of the book*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996. p. 63-101.
- FISH, Stanley. Literature in the reader: affective stylistics. In: *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, MA: Harvard UP, 1980. p. 21-67.
- GAGGI, Silvio. *From text to hypertext: decentering the subject in fiction, film, the visual arts, and electronic media*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- GENETTE, Gerard. *Narrative discourse*. Trans. Jane E. Lewin. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

- GOLUMBIA, David. Hypercapital. *Postmodern culture*, v. 7, n. 1, Sept. 1996.
- GRUSIN, Richard. What is an electronic author? Theory and the technological Fallacy. In: MARKLEY, Robert (Ed.). *Virtual realities and their discontents*. Baltimore: John Hopkins UP, 1996. p. 39-53.
- HARPOLD, Terence. Conclusions. In: LANDOW, George (Ed.). *Hyper/Text/Theory*. Baltimore: John Hopkins UP, 1994. p. 189-222.
- HAYLES, N. Katherine. The materiality of informatics. *Configurations*, v. 1, n. 1, p. 147-170, 1993.
- HESSE, Carla. Books in Time. In: NUNBERG, Geoffrey (Ed.). *The future of the book*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996. p. 21-36.
- INGVAR, D. H. Memory of the future: An essay on the temporal organization of conscious awareness. *Human Neurobiology*, v. 4, p. 127-136, 1985.
- ISER, Wolfgang. *The act of reading: A theory of aesthetic response*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- JOYCE, Michael. *Afternoon, a story* (hypertext software). Cambridge, MA: Eastgate Systems, 1987.
- KIRSCHENBAUM, Matthew G. The cult of print (review of Sven Birkerts, *The Gutenberg Elegies*, 1994). *Postmodern Culture*, v. 6, n. 1, p. 2, Sept. 1995.
- LANDOW, George P. *Hypertext: The convergence of contemporary critical theory and technology*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1992.
- LU, Alvin. Jack in the text: From multimedia to hypertext, the written word finds a new home. *ETC: A review of general semantics*, v. 50, p. 496-500, 1993/1994.
- LYOTARD, Jean-Francois. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Trans. Geoff Bennington and Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- LYOTARD, Jean-Francois; THEBAUD, Jean-Loup. *Just gaming*. Trans. Wlad Godzich. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.
- MIALL, David S. Beyond the schema given: affective comprehension of literary narratives. *Cognition and Emotion* v. 3, p. 55-78, 1989.
- MOULTHROP, Stuart. You say you want a revolution? Hypertext & the laws of media. In: Eyal Amiran and John Unsworth (Eds.). *Essays in Postmodern Culture*. Oxford: Oxford UP, 1993. p. 69-97.

Recebido: 04.06.2009  
 Aprovado: 10.02.2010  
 Contato: david.miall@ualberta.ca